

# Os mirabolantes salários do Legislativo

ASCÂNIO SELEME



BRASÍLIA — Os maiores contracheques distribuídos entre funcionários públicos federais não estão nos gabinetes do Banco Central ou do Banco do Brasil, nem nos corredores das empresas estatais. Os grandes salários pagos com dinheiro do contribuinte brasileiro engordam as contas bancárias dos funcionários graduados do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

Uma pesquisa feita nos últimos dois meses pela jornalista e economista Maria Aparecida de Oliveira, que sobrevive com a ajuda de custo que recebe da Universidade de Brasília, onde faz pós-graduação em Ciências Políticas, demonstra que centenas de funcionários de nível superior dessas três instituições, sem cargos de chefia ou direção, chegam a receber NCZ\$ 455 mil mensais. São vencimentos equivalentes aos de Ministro de Estado, mas revestidos de estabilidade.

Com a aprovação do novo plano de carreira do Senado, em dezembro do ano passado, logo reproduzido pelo TCU e, na semana passada, pela Câmara, os salários dos servidores do Legislativo se igualaram aos dos funcionários do Executivo. Nas três instituições, porém, uma série de gratificações, agora agrupadas em uma, aumenta em 100% os vencimentos dos servidores. As gratificações do Executivo não passam de 40% sobre o salário base. Os servidores do legislativo ainda recebem 5% adicionais para cada cinco anos de serviço.

No Senado, principal espelho da pesquisa de Maria Aparecida de Oliveira, foram mantidas as funções gratificadas e as representações de gabinete pagas a todos os funcionários. Dos 462 técnicos legislativos do Senado, 363 estão no topo da carreira recebendo pela referência NS-25 Especial. Seus salários em março, acrescidos da Gratificação Legislativa, sem considerar adicionais por tempo de serviço, vão chegar a NCZ\$ 340 mil. Quase todos têm direito à função gratificada e representação de gabinete, que elevam os vencimentos para NCZ\$ 455 mil. Somente para esses servidores o Senado pagará um total de NCZ\$ 123 milhões,

volume de recursos pouco menor do que a Universidade Federal de Brasília desembolsará para remunerar 1.088 professores com cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, além de 236 funcionários burocráticos. A folha de março da UnB será de NCZ\$ 162 milhões.

Os 85 taquígrafos do Senado — salários entre NCZ\$ 331 mil e NCZ\$ 340 mil — representarão uma folha de NCZ\$ 28,5 milhões em março. Os 68 inspetores de segurança da Casa receberão em conjunto NCZ\$ 19,5 milhões. Para remunerar 455 adjuntos legislativos, o Senado tem reservados mais NCZ\$ 129 milhões. Esses 608 funcionários representam outra Universidade Federal. Um professor da UnB com doutorado e dedicação exclusiva ganhará em março NCZ\$ 159 mil, menos da metade do salário de uma taquígrafa do Senado que só trabalha quando há sessão.

Esse professor titular da UnB, no ápice da carreira, ganhará pouco mais do que o funcionário mais subalterno do Senado. O assistente de plenário ou gabinete — carregador de pasta, entregador de documentos ou um simples garçom —, no começo da sua vida profissional, recebe NCZ\$ 120 mil na forma de salário, gratificação e representação. O contracheque desse funcionário será igual a 32 salários mínimos. Cada um dos 231 assistentes espalhados pelo Senado vale por 32 "office-boys" — seu similar nas empresas privadas.

A folha de pagamento dos 3.115 funcionários estatutários e permanentes do Senado será de NCZ\$ 649.039 milhões em março. Os servidores de nível superior — 1.441 — receberão, no total, NCZ\$ 441.473 milhões, o que dá a média salarial de NCZ\$ 306 mil. Os funcionários de nível médio — 1.674 — dividirão NCZ\$ 207,5 milhões, com média salarial de NCZ\$ 124 mil em março. A pesquisa não chegou aos dois mil servidores da Gráfica e do Centro de Processamento de Dados do Senado, que recebem em folhas independentes.

No Tribunal de Contas da União e na Câmara, os valores dos salários são os mesmos para um número diferente de funcionários. A Câmara dos Deputados é a recordista de empregos no Legislativo. Nos quatro prédios que ocupa, estão lotados 7.351 servidores. A Casa ampara ainda 752 funcionários inativos. No Tribunal de Contas da União, organismo independente, apesar de vinculado ao Poder Legislativo, trabalham 1924 pessoas.